



MR 004. A persistência da plantação: revisitando a racialização do trabalho e o saber insubmisso da antropologia (coorg C Bastos e M M Mello)

Coordenador(es):

Cristiana Lage David Bastos (ULisboa - ICS)

Participantes:

Marcelo Moura Mello (UFBA)

José Sergio Leite Lopes (Meseu Nacional - UFRJ)

Le Petitcorps Colette (ICS)

Cristiana Lage David Bastos (ULisboa - ICS)

Tal como nos lembra Sidney Mintz, o sabor doce do açúcar tem um reverso amargo e brutal. Ao açúcar, e demais mercadorias que proporcionaram a convergência do colonialismo e capitalismo – café, cacau, algodão, tabaco, entre outras - se deve o deslocamento forçado de milhões de africanos e africanas, o desapossamento de terras e o extermínio de populações indígenas, a devastação ecológica por monocultura de plantação. Ao sistema de plantação, também, se deve algo só aparentemente menos palpável, fora do âmbito de análise de historiadores econômicos, porém igualmente estruturante, devastador, fraturante: a produção de categorias raciais como as herdamos hoje, a hierarquização a que se cola uma naturalização endossada pelas pseudociências racialistas dos séculos XVIII-XIX, e a sua reinvenção sob novas formas e categorias. O saber insubmisso da antropologia, atenta às configurações materiais que produziram as racializações que perduram em desigualdades sociais racializadas, vai reunir nesta mesa redonda vários trabalhos sobre sociedades profundamente transformadas pelo açúcar: nordeste brasileiro, Guiana, Ilhas Maurícia e Havaí. Trabalhando com pesquisa etnográfica, histórica e conceptual, propomos analisar, cruzadamente, como o complexo plantação-usina produziu e continua produzindo classe, racializações e fraturas sociais que permeiam e perduram para além das autorrepresentações coletivas de sociedades cordiais, multiétnicas ou multiculturais.

Cronologias inversas, racializações diversas: o singular caso do Hawaii

Autoria: Cristiana Lage David Bastos (Universidade de Lisboa)

A sociedade do Hawaii foi teorizada nos anos 1920 como modelo de pluralismo étnico, harmonizando hawaianos, japoneses, chineses, portugueses, filipinos, porto-riquenhos, haole, etc. Na sua base está porém a história violenta da plantação de açúcar, com espoliação e dizimação da população indígena e sua agricultura, importação de diferentes contingentes de migrantes, e manutenção de uma força de work dividida por nacionalidades. Em contraste com as plantações coloniais de poder europeu e work escravizado africano, o Hawaii tinha soberania indígena, paulatinamente ocupado e convertido ao açúcar, em que o work dependeu de grupos migrantes que se estabeleceram em hierarquias com flexibilidade e porosidade peculiares, gerando um sistema de racialização que submerge, mas não desaparece, na celebração das identidades étnico culturais dos descendentes de migrantes-colonos.

O espectro da plantação e a atualidade da racialização na exploração e com a resistência de mulheres nas Maurícias



Autoria: Le Petitcorps Colette (ICS Lisboa)

Procuo identificar os mecanismos de reprodução das relações de exploração específicas que resultaram na apropriação extrema da individualidade corporal de mulheres trabalhadoras domésticas nas Ilhas Maurícias, que se originaram no sistema da plantação e que são às vezes contornadas pela reapropriação de si-mesma no “work por mim-mesma”, segundo a expressão da língua crioula. Apoio a minha análise sobre a compreensão que as próprias mulheres dão à sua própria dominação e do sentido que elas dão à escolha da saída parcial ou total do mercado do emprego. Esta exploração empírica resultará numa proposta de análise do processo de racialização atual, que enfoca a reprodução muitas vezes ocultada das relações de produção baseadas na apropriação/desapossamento de pessoas no presente, e sobre a centralidade da resistência dos sujeitos subalternos no desdobramento das técnicas de dominação.

Racialização e abolição na Guiana colonial: movimentos para além e em direção à plantação.

Autoria: Marcelo Moura Mello (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Nesta comunicação analiso como hierarquias raciais foram criadas, reconfiguradas e reforçadas nos anos imediatos à emancipação na Guiana colonial, em 1833-1834. Busco analisar como os discursos coloniais acerca de movimentos de trabalhadores de distintas origens para além das plantações de cana-de-açúcar – nomeadamente, a compra coletiva de plantações por afro-guianenses e o estabelecimento de redes comerciais de madeirenses – tornaram-se instâncias fundamentais de racialização desses grupos. Trata-se de pensar, em paralelo, a própria racialização de certas ocupações laborais.

Uma pesquisa de longa duração sobre a plantation no Nordeste brasileiro retomada sob o ângulo de práticas sindicais e conflitos comparados

Autoria: José Sergio Leite Lopes (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Uma pesquisa coletiva sobre diferentes grupos sociais que compunham a plantation nordestina da segunda metade do século XX vinha sendo realizada havia uma década quando a irrupção de um ciclo de greves protagonizada por trabalhadores canavieiros fez os pesquisadores voltarem-se para a compreensão das características de tais conflitos entre o final dos anos 70 e as décadas seguintes. Tais conflitos assumiram diferentes formatos, desde as greves até a ocupação de terras. A oportunidade de um projeto interuniversitário recente, focalizando a comparação entre práticas sindicais de operários metalúrgicos da Grande São Paulo e as de trabalhadores rurais canavieiros do Nordeste, veio propiciar a retomada e a renovação da compreensão da persistência da plantation, de suas formas de dominação e de seus conflitos internos em condições socioeconômicas e políticas transformadas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: